

País arrisca-se a ser riscado!

Por causa de se pretender salvar interesses obscuros e inconfessos de um punhado de indivíduos que se julgam proprietários de Moçambique, este País está a correr sérios riscos de ser riscado do mapa dos países com maior potencial de estabilidade politico-económica, assim como maior potencial de atracção de investimentos estrangeiros para o almejado desenvolvimento económico e social, eliminado-se, dessa forma, a tão badalada pobreza absoluta ora em vigor no País.

O “braço de ferro” entre a CNE e a Missão de Observadores da União Europeia, braço esse encomendado à CNE pelos sectores mais radicais de um conhecido partido político, está gradual e rapidamente a transformar-se num problema político bicudo para a estabilidade política de Moçambique mas cujas informações fundamentais, na mesa do Presidente da República e do ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, não têm sido facultadas ao conhecimento geral da população moçambicana.

Por exemplo, ninguém nos informa em Moçambique que semana passada todos os embaixadores moçambicanos acreditados em países da União Europeia foram chamados aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros desses países para receberem, oficialmente, os protestos de cada país membro da UE em relação à relutância do governo moçambicano em aceitar uma presença e observação eleitoral completa de todas as fases e etapas do processo eleitoral, sobretudo do processo de apuramento, avaliação e reclassificação de votos nulos e brancos pela CNE, isto é, a presença de observadores da União Europeia no estágio crucial de reclassificação de votos considerados nulos e/ou em branco, pois é aí onde nas eleições de 1999 se decidiu quem deveria ser o vencedor do escrutínio. Os embaixadores moçambicanos na União Europeia foram advertidos das consequências políticas, jurídicas e económicas

de uma provável declaração da União Europeia de que as eleições moçambicanas “não foram livres nem justas”.

A acontecer uma declaração semelhante, o País transita, automaticamente, para a penosa situação em que se encontra o Zimbabwe, com todo o cortejo de males sociais, económicos e políticos que desestabilizam aquele país irmão apenas por causa da casmurrice de um punhado de radicais que querem permanecer no poder a qualquer custo.

Ainda de acordo com informações que nos chegam da Europa, vários parlamentos europeus esperam discutir, longamente, com seus governos a situação “inesperada” de o governo moçambicano se opôr à transparência total no processo eleitoral ora em curso.

Por exemplo, a oposição parlamentar alemã vai depositar, na próxima semana junto do Parlamento local, a “pergunta oficial ao governo” sobre o que se está a fazer, em termos de “cooperação”, para pressionar o governo moçambicano a aderir às regras de transparência eleitoral para que as presentes eleições sejam consideradas “livres, justas e transparentes”.

A “pergunta oficial” do Parlamento alemão culminará com um amplo debate parlamentar sobre as eleições gerais e presidenciais em Moçambique e donde emergirá a futura posição política alemã em relação à sua cooperação com Moçambique.

Em Estrasburgo, sede do Parlamento europeu, as eleições moçambicanas serão alvo de intenso debate nos próximos tempos e recomendações “incómodas” se esperam desse debate para o nosso País.

Ora bem, será que é preciso passarmos a vida a sermos enxovalhados pelos europeus por causa de coisas que nós próprios vemos como é que as devíamos fazer melhor?

Será que é preciso que seja a União Europeia a exigir uma presença de observadores no processo de apuramento nacional

de resultados, bem como na avaliação e reclassificação de votos nulos e em branco?

Será que eleições livres, justas e transparentes só interessam à União Europeia e não a nós, moçambicanos? Será que continuaremos a esperar que exigências fundamentais da nossa vida sejam feitas através dos “outros” quando nós próprios temos todos os meios democráticos ao nosso alcance para exigirmos isso de quem decide? Será que as organizações da Sociedade Civil moçambicana sofrem tanto de amnésia que já não se lembram como é que nos pleitos eleitorais anteriores se decidiram os resultados finais? Já se esqueceram de que é na avaliação e reclassificação de votos nulos e em branco onde “reside o segredo da vitória”?

Por exemplo, nas eleições presidenciais de 1999, a diferença final oficial entre os dois candidatos foi de cerca de 200 mil votos mas os votos considerados pela CNE como “nulos” ou “com irregularidades insanáveis” foram mais de 400 mil!!! Que vitória eleitoral é essa que se decide pondo de lado mais de 400 mil votos que o povo depositou nas urnas?

Não será um espectáculo desta gratuidade que a CNE pretende reeditar com o seu pseudo “braço de ferro” com a União Europeia? A quem servem manobras desta obscuridade toda? Será que se houver transparência total do processo eleitoral, Moçambique perde alguma coisa? Ou perdem hegemonia político-económica os cidadãos que se acham acima dos outros moçambicanos?

Da maneira esfarrapada como a CNE tem feito finca-pé neste assunto até nota-se que a própria CNE não está convencida do que diz. Vê-se que está a fazer uma argumentação por encomenda dos outros, os quais de tempos a tempos têm feito eco dessa argumentação, dando, assim, “apoio moral” à CNE. Queremos reiterar, aqui e agora, que nos repugna o “braço de ferro” entre a CNE e a União Europeia sobre a observação eleitoral completa. Tal situação dá, claramente, a entender que a CNE está a fazer o jogo de sectores radicais de um conhecido

partido político nacional, partido esse que se habituou a facturar política e economicamente à custa da falta de transparência dos processos de gestão da coisa pública.

Nós somos a favor de uma transparência total do processo, pois só a transparência trará a necessária credibilidade dos resultados eleitorais e daí teremos um governo aceite por todos porque escolhido num processo limpo e presenciado por todos. Para nós a presença de observadores nacionais e internacionais em todas as fases e etapas do processo não prejudica nada, antes pelo contrário, o que prejudica é a sua ausência dessas fases e etapas cruciais do processo eleitoral.

Apelamos ao governo de Moçambique para deixar de pensar em indivíduos e passar a pensar no povo moçambicano e no País inteiro que corre o risco de sofrer pesadas consequências jurídicas e económicas de um acto irreflectido gizado a beneficiar um punhado de senhores que se consideram proprietários exclusivos de um país que a todos pretence por direito natural.

Apelamos, igualmente, a todas as forças vivas da sociedade para que deixem de se acobardar perante um holocausto político-social em vias de se abater sobre o nosso País só por causa de interesses inconfessos de meia dúzia de indivíduos aversos a processos democráticos transparentes.

Para nós, todos os partidos que concorrem às eleições são elegíveis para governar Moçambique, razão pela qual foram inscritos e aceites como legítimos concorrentes. Igualmente, qualquer dos cinco candidatos presidenciais tem faculdades suficientes para dirigir o País. O que se quer é que seja o povo a dizer quem deve governar o País e não a CNE nem qualquer outra força oculta a través de processos informáticos e acrobáticos para desencaminhar a vontade popular expressa nas urnas.

Isso é inaceitável num país que se pretende democrático. Isso é intolerável num país que se pretende sério nos esforços de construção serena de uma democracia exemplar no continente.

**Contra isso, lutaremos sempre e apelamos a outros cidadãos,
com idênticas preocupações, para que não se deixem
acobardar nem intimidar por discursos rebuscados de ocasião.
Moçambique é pátria de todos nós e não apenas dos que têm a
possibilidade de mandar a CNE enveredar por caminhos ínvios
e perigosos para a estabilidade nacional.
Queremos eleições livres, justas e transparentes!**